

# O Clima como Bem Público

written by Onofre Varela | 13 de Abril, 2026

**OCIDADÃO**  
Journalism Live

**CRÓNICA**  
Onofre Varela



A mudança climática é uma realidade que embora a história da Terra nos diga acontecer ciclicamente ao longo dos milénios, a mesma história também nos diz que na modernidade a atitude humana é o principal motor da mudança climática, acelerando-a, e os cientistas fartam-se de alertar para o facto de, desde a Revolução Industrial, ter aumentado na atmosfera a concentração dos gases responsáveis pelo “efeito de estufa”, o que resulta num aquecimento global muito mais rápido.

Se, por um lado, este fenómeno preocupa uma parte de responsáveis políticos (pelo menos ouvimo-los dizer que se preocupam), por outro lado há “a outra parte” que, garantidamente, não se preocupa, e a qual conta com grandes nações poluidoras como, por exemplo, os Estados Unidos da América que não dedica um minuto, sequer, das suas preocupações governativas, à reflexão sobre o assunto, quanto mais tomando atitudes a propósito!

Os cidadãos de países mais pequenos em termos de área, número de habitantes e rendimento, como Portugal, podem ter duas opções perante a trágica previsão climática para o futuro do planeta: a passiva ou a activa. Na opção passiva podemos decidir sentarmo-nos no nosso sofá da sala, bebendo cerveja e vendo, na televisão, futebol, telenovelas ou programas de “espreitar intimidades pelo buraco da fechadura”, mandando às urtigas a preocupação climática.

A segunda opção, a activa, embora mostre o nosso conhecimento do problema e a boa-vontade que temos em ajudar, a única coisa que podemos fazer é apagar a luz e abrir as persianas para aproveitarmos a luz solar directa, calafetar portas e janelas para que o frio não invada a casa no Inverno, e fechar a torneira quando nos ensaboamos no duche, poupando, assim, energia eléctrica e água, não desperdiçando.

O cidadão que assim procede, não raramente vê o seu esforço escarnecido pelos serviços com responsabilidade directa nos respectivos sectores: água e electricidade. À cabeça deste sentimento está o facto de, no modelo económico governativo que preside à União Europeia (UE) os serviços com responsabilidade directa (recolha, tratamento da água e a sua distribuição, mais a produção e distribuição de energia) poderem (ou, até, deverem, por imposição do modelo económico da UE) ser atribuídos a particulares, retirando-os da obrigação de serem geridos pelo Estado. E, como bem se sabe, aquilo que está na meta de qualquer serviço particular é o lucro, e nunca o serviço público (este só interessa se der lucro).

Um serviço particular não é o mesmo que um serviço do Estado. Enquanto que este tem a missão de servir o país e os cidadãos (o lucro é o que menos importa num serviço público custeado pelos impostos dos cidadãos a quem serve), um negócio particular só tem o interesse de facturar para gerar lucros a serem distribuídos pelos seus accionistas. Quanto mais água e electricidade gastarem os cidadãos, tanto mais sobem os lucros

de quem gere as respectivas empresas.

Se, eventualmente, algum negócio particular tiver, paralelamente, um qualquer complemento cultural aberto à sociedade... tal coisa não é uma dádiva... é uma estratégia política e comercial com a qual almeja (e consegue) aumentar os seus lucros.

“Bye, bye” clima...